

## RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA N° 104/2026

Referendar a Portaria SGP N. 43/2026, que alterou a Resolução Administrativa n. 23/2026 relativa ao aprimoramento dos procedimentos de concessão de condição especial de trabalho. Expediente vinculado ao Proad n. 5478/2026.

**PROAD n. 5478/2026**

**INTERESSADO:** TRT/24ª Região

**ASSUNTO:** Referendo da Portaria SGP N. 43/2026.

**AUTORIDADE REQUERIDA:** Egrégio Tribunal Pleno.

O Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, na 7ª Sessão Administrativa Extraordinária do Egrégio Tribunal Pleno, realizada no dia 22 de outubro de 2026 (quinta-feira), às 14 horas, sob a Presidência do Desembargador Tomás Bawden de Castro Silva, com a participação dos Desembargadores César Palumbo Fernandes (Vice-Presidente), João de Deus Gomes de Souza, Nicanor de Araújo Lima, Marcio Vasques Thibau de Almeida, Francisco das C. Lima Filho e João Marcelo Balsanelli, e do(a) representante do Ministério Público do Trabalho da 24ª Região, Procurador(a) Cândice Gabriela Arosio,

**CONSIDERANDO** a Resolução CNJ n° 343/2020, que disciplina as condições especiais de trabalho para magistradas(os) e servidoras(es) com deficiência, necessidades especiais ou doença grave, ou que sejam mães, pais ou responsáveis por dependentes nessas condições;

**CONSIDERANDO** a Resolução CSJT n° 421/2025, que dispõe sobre as condições especiais de trabalho para magistradas(os) e servidoras(es) no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, estabelecendo, entre outros aspectos, os elementos necessários à instrução dos requerimentos e as modalidades de condições especiais de trabalho;

**CONSIDERANDO** a Resolução Administrativa n° 23/2026, que regulamenta a matéria no âmbito deste Tribunal;

**CONSIDERANDO** a necessidade de padronizar a instrução dos pedidos de condição especial de trabalho, de modo a assegurar a adequada identificação da situação fática, das dificuldades e barreiras enfrentadas, da necessidade da medida e dos benefícios esperados, em consonância com a regulamentação do CNJ e do CSJT;

**CONSIDERANDO** a necessidade de formalizar a ciência e os compromissos das(os) beneficiárias(os) quanto à finalidade, às condições de manutenção e aos deveres relacionados às condições especiais de trabalho concedidas;

**CONSIDERANDO** a instrução realizada no processo administrativo nº 5478/2026;

**DECIDIU**, por unanimidade, referendar a Portaria SGP N. 43/2026, que alterou a Resolução Administrativa n. 23/2026, relativa ao aprimoramento dos procedimentos de concessão de condição especial de trabalho, convertida na presente Resolução Administrativa, nos seguintes termos:

**Art. 1º** Nos processos de requerimento de condição especial de trabalho que se encontrem em tramitação na data de publicação deste ato normativo, a unidade de saúde do Tribunal deverá promover as adequações necessárias para que o pedido seja apresentado ou complementado mediante o preenchimento do formulário constante do Anexo I, ressalvadas as situações em que as informações já constantes dos autos sejam suficientes para a análise do requerimento.

**Art. 2º** A unidade de saúde deverá solicitar às(aos) magistradas(os) e servidoras(es) que atualmente usufruem das condições especiais de trabalho teletrabalho e redução de jornada a assinatura do termo de ciência e compromisso correspondente à modalidade concedida, procedendo-se à sua juntada aos respectivos processos.

**Parágrafo único.** A assinatura dos termos de que trata o *caput* não implicará, por si só, nova análise ou reexame da concessão já deferida, destinando-se à formalização da ciência e dos compromissos relacionados à manutenção e ao adequado cumprimento da condição especial de trabalho.

**Art. 3º** Os anexos constantes deste ato normativo passam a integrar a Resolução Administrativa nº 23/2026.

**Art. 4º** Este ato normativo entra em vigor na data de sua publicação.

**Tomás Bawden de Castro Silva**

Desembargador Presidente

## ANEXO I

### FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE CONDIÇÃO ESPECIAL DE TRABALHO

#### 1. IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE

Nome completo:

Matrícula:

( ) Magistrado(a)      ( ) Servidor(a)

Cargo/Função:

Unidade de lotação:

Telefone institucional:

E-mail institucional:

#### 2. IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO QUE FUNDAMENTA O PEDIDO

##### 2.1. O pedido decorre de:

- A. ( ) deficiência do(a) próprio(a) requerente;
- B. ( ) necessidades especiais do(a) próprio(a) requerente;
- C. ( ) doença grave do(a) próprio(a) requerente;
- D. ( ) adoecimento mental do(a) próprio(a) requerente;
- E. ( ) deficiência de filho(a) ou dependente legal;
- F. ( ) necessidades especiais de filho(a) ou dependente legal;
- G. ( ) doença grave de filho(a) ou dependente legal;
- H. ( ) adoecimento mental de filho(a) ou dependente legal;
- I. ( ) gestação;
- J. ( ) lactação, até os 24 (vinte e quatro) meses de idade do lactente;
- K. ( ) mães, pelo nascimento ou pela adoção de filho ou filha, por até 6 (seis) meses após o término da licença-maternidade ou da licença à adotante;
- L. ( ) pais, pelo nascimento ou pela adoção de filho ou filha, por até 6 (seis) meses, após o término da licença-paternidade ou da licença ao adotante;

M. ( ) outra situação, conforme art. 4º da Resolução CSJT nº 421/2025 (especificar):

Obs.: As hipóteses K e L aplicam-se aos pais e mães monoparentais e à(s) pessoa(s) em união homoafetiva, que usufruírem das licenças-maternidade ou paternidade, nos termos fixados na Resolução CNJ n.º 321/2020.

2.2. Se o pedido envolver filho(a) ou dependente legal:

Nome:

Data de nascimento:

Grau de parentesco/vínculo:

( ) Dependente constante dos assentamentos funcionais

( ) Dependência comprovada por documentação anexa

**3. MODALIDADE(S) DE CONDIÇÃO ESPECIAL DE TRABALHO  
PRETENDIDA(S)**

3.1. O(A) requerente solicita:

( ) exercício provisório em unidade judiciária ou administrativa diversa da unidade de lotação;

( ) apoio à unidade judicial de lotação ou de designação de magistrado(a) ou de servidor(a);

( ) concessão de jornada especial, nos termos da legislação aplicável;

( ) exercício da atividade em regime de teletrabalho, integral ou parcial;

( ) implementação de trabalho apoiado, quando necessário;

( ) outra modalidade admitida pela regulamentação aplicável (especificar):

3.2. Para pedido de teletrabalho:

( ) Teletrabalho integral

( ) Teletrabalho parcial

Justificativa para a modalidade pretendida:

3.3. Para pedido de jornada especial:

Carga horária atualmente cumprida:

Carga horária pretendida:

Forma pretendida de cumprimento da jornada:

**4. SITUAÇÃO FÁTICA, DIFICULDADES E BARREIRAS**

Descreva, de forma objetiva e detalhada, a situação que fundamenta o pedido, indicando as dificuldades e barreiras enfrentadas para o desenvolvimento das atividades laborais e/ou das atividades de cuidado, acompanhamento, tratamento, terapias, atividades pedagógicas ou demais necessidades relacionadas à situação apresentada.

**5. NECESSIDADE DA CONDIÇÃO ESPECIAL PRETENDIDA**

5.1. Quando o pedido for em benefício da própria pessoa requerente:

Explique por que a modalidade de condição especial de trabalho solicitada é necessária e de que forma contribuirá para a superação ou redução das dificuldades e barreiras descritas.

5.2. Quando o pedido envolver filho(a) ou dependente legal:

Descreva a necessidade de apoio, acompanhamento ou suporte, considerando a organização familiar (rede de apoio familiar), o compartilhamento de responsabilidades e a participação do(a) requerente nos cuidados, tratamentos, terapias, atividades pedagógicas ou demais necessidades do(a) filho(a) ou dependente.

**6. BENEFÍCIOS RESULTANTES DA CONCESSÃO**

Indique os benefícios esperados com a concessão da condição especial de trabalho, para o(a) requerente ou para seu(sua) filho(a) ou dependente legal.

## **7. LOCALIDADE, TRATAMENTOS E OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

### 7.1. Localidade:

- a) Local de residência atual:
- b) Localidade em que se pretende residir, quando aplicável:
- c) Local onde são realizados tratamentos, terapias, acompanhamento ou atividades pedagógicas, quando aplicável:
- d) Caso o pedido esteja relacionado à residência em determinada localidade, descreva as circunstâncias que justificam essa necessidade, inclusive eventual inexistência, insuficiência ou inadequação de tratamento ou estrutura na localidade de lotação.

### 7.2. Tratamentos, terapias e acompanhamento:

- a) Há necessidade de deslocamentos para tratamento, terapia ou acompanhamento?  
  
( ) Não      ( ) Sim
- b) Em caso positivo, informe a frequência, dias e horários:

## **8. DOCUMENTOS E PROVIDÊNCIAS**

### 8.1. Documentos apresentados:

- ( ) laudo técnico;
- ( ) exames complementares;
- ( ) documentos comprobatórios de terapias ou tratamentos;

( ) documentação comprobatória da relação de dependência ou filiação;

( ) documentação referente à guarda, tutela ou curatela, quando aplicável;

( ) declaração/atestado referente à gestação;

( ) atestado médico referente à condição de lactante;

( ) outros documentos (especificar):

8.2. Quando não houver laudo técnico prévio:

( ) Solicito que a avaliação/perícia técnica biopsicossocial seja realizada pela equipe competente do TRT da 24ª Região, nos termos da regulamentação aplicável.

**9. DECLARAÇÃO DO(A) REQUERENTE E ASSINATURA**

Declaro, para os devidos fins, que as informações prestadas neste requerimento são verdadeiras e correspondem à situação que fundamenta o pedido.

Declaro estar ciente de que a concessão da condição especial de trabalho será analisada à luz da legislação e regulamentação aplicáveis, considerando as circunstâncias do caso concreto, as necessidades apresentadas, o interesse público e da Administração.

Declaro, ainda, estar ciente da necessidade de comunicar à unidade de saúde do Tribunal qualquer alteração na situação que fundamentou a concessão da condição especial de trabalho, nos termos da regulamentação aplicável.

**Local e Data:**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**Assinatura do(a) requerente:** \_\_\_\_\_

## ANEXO II

### TERMO DE CIÊNCIA E COMPROMISSO

#### CONDIÇÃO ESPECIAL DE TRABALHO – TELETRABALHO

Eu,

\_\_\_\_\_,  
matrícula nº \_\_\_\_\_, ocupante do cargo de  
\_\_\_\_\_,  
lotado(a) \_\_\_\_\_ na  
\_\_\_\_\_, tendo  
sido beneficiário(a) da concessão de condição especial de  
trabalho na modalidade de teletrabalho, conforme decisão  
proferida no PROAD nº \_\_\_\_\_, DECLARO,  
para os devidos fins, que tenho ciência e assumo os  
seguintes compromissos:

#### 1. DA FINALIDADE DA CONDIÇÃO ESPECIAL

1.1. Declaro estar ciente de que o teletrabalho constitui condição especial de trabalho concedida em razão de deficiência, necessidade especial ou doença grave, própria ou de dependente legal, tendo por finalidade atender às necessidades que fundamentaram o deferimento da medida, inclusive aquelas relacionadas a cuidados, acompanhamento, tratamentos, terapias, reabilitação, suporte e demais providências necessárias à preservação da saúde e do bem-estar do(a) beneficiário(a) ou de seu dependente.

1.2. Reconheço que o teletrabalho não constitui vantagem de natureza pessoal desvinculada da situação que fundamentou sua concessão, devendo ser utilizado em conformidade com a finalidade da condição especial de trabalho.

1.3. Declaro estar ciente de que o teletrabalho não implica afastamento do exercício das atribuições do cargo, permanecendo íntegros os deveres funcionais, as responsabilidades e as obrigações decorrentes do vínculo com o Tribunal.

#### 2. DA UTILIZAÇÃO DA CONDIÇÃO ESPECIAL DE TRABALHO

2.1. Comprometo-me a utilizar o teletrabalho para os propósitos para os quais foi autorizado, observando os

horários, prazos, metas, entregas e demais condições estabelecidas pela Administração e pela chefia imediata.

2.2. Comprometo-me a permanecer disponível durante o horário de trabalho, pelos meios de comunicação institucional e outros indicados no plano de trabalho, para atendimento às demandas laborais, participação em reuniões, videoconferências e demais atividades necessárias ao regular desempenho das minhas atribuições.

2.3. Comprometo-me a cumprir as exigências e disposições previstas na Resolução Administrativa nº 41/2021, não se aplicando, somente, as disposições relacionadas ao incremento de produtividade.

2.4. Comprometo-me a executar, no regime de teletrabalho, todas as atividades e atribuições que me forem regularmente designadas, mantendo padrão de qualidade, tempestividade e eficiência compatível com o exercício das atividades presenciais.

2.5. Declaro estar ciente de que o teletrabalho como condição especial não reduz, por si só, as atribuições, responsabilidades ou deveres funcionais, ressalvadas as adaptações eventualmente estabelecidas no ato de concessão.

2.6. Durante a concessão da condição especial de trabalho, comprometo-me a comunicar à Secretaria de Gestão de Pessoas, no prazo de 5 (cinco) dias, a realização de atividades acadêmicas e laborais, remuneradas ou não.

### **3. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES QUE FUNDAMENTARAM A CONCESSÃO**

3.1. Declaro estar ciente de que a manutenção da condição especial de trabalho está vinculada à permanência das circunstâncias que fundamentaram sua concessão.

3.2. Comprometo-me a comunicar à unidade de saúde, no prazo de 5 (cinco) dias, qualquer alteração da circunstância que ensejou a concessão da condição especial de trabalho.

3.3. Comprometo-me a apresentar, sempre que solicitado e nos prazos estabelecidos pela Administração, os documentos, laudos, avaliações ou demais informações necessárias à verificação da permanência das condições que justificaram a concessão.

#### **4. DO CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS**

4.1. Comprometo-me a cumprir integralmente as condições estabelecidas no ato de concessão do teletrabalho como condição especial de labor, bem como as normas do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região que disciplinam a matéria.

4.2. Declaro estar ciente de que o descumprimento das condições estabelecidas ou a alteração da situação que fundamentou a concessão poderá ensejar a revisão, alteração ou cessação da condição especial de trabalho, sem prejuízo da adoção das providências administrativas cabíveis.

#### **5. DA CIÊNCIA E DO COMPROMISSO**

5.1. Por meio deste Termo, declaro que compreendi a finalidade do teletrabalho como condição especial de trabalho, as condições para sua manutenção e as responsabilidades decorrentes da concessão, comprometendo-me a utilizar essa modalidade de labor de acordo com sua finalidade e com a legislação vigente.

5.2. Declaro, por fim, que as informações prestadas são verdadeiras e que comunicarei imediatamente à Secretaria de Gestão de Pessoas qualquer circunstância que possa modificar a necessidade ou os pressupostos que fundamentaram a concessão da condição especial de trabalho.

**Local e data:**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
**Nome**                      **do (a)**                      **servidor (a) /magistrado (a)**  
Matrícula nº \_\_\_\_\_

## ANEXO III

### TERMO DE CIÊNCIA E COMPROMISSO

#### CONDIÇÃO ESPECIAL DE TRABALHO - REDUÇÃO DE JORNADA

Eu,

\_\_\_\_\_,  
matrícula nº \_\_\_\_\_, ocupante do cargo de  
\_\_\_\_\_,  
lotado(a) \_\_\_\_\_ na  
\_\_\_\_\_, tendo  
sido beneficiário(a) da concessão de condição especial de  
trabalho na modalidade de jornada especial, com redução da  
jornada de trabalho, conforme decisão proferida no PROAD  
nº \_\_\_\_\_, DECLARO, para os devidos  
fins, que tenho ciência e assumo os seguintes  
compromissos:

#### 1. DA FINALIDADE DA CONDIÇÃO ESPECIAL

1.1. Declaro estar ciente de que a redução da jornada de trabalho constitui condição especial de trabalho concedida em razão de deficiência, necessidade especial ou doença grave, própria ou de dependente legal, tendo por finalidade atender às necessidades que fundamentaram o deferimento da medida, inclusive aquelas relacionadas a cuidados, acompanhamento, tratamentos, terapias, reabilitação, suporte e demais providências necessárias à preservação da saúde e do bem-estar do(a) beneficiário(a) ou de seu dependente.

1.2. Reconheço que a redução da jornada não constitui vantagem de natureza pessoal desvinculada da situação que fundamentou sua concessão, devendo ser utilizada em conformidade com a finalidade da condição especial de trabalho.

#### 2. DA UTILIZAÇÃO DA CONDIÇÃO ESPECIAL DE TRABALHO

2.1. Comprometo-me a utilizar a redução da jornada para os propósitos para os quais foi autorizada.

2.2. Declaro estar ciente de que o período decorrente da redução da jornada não constitui período livre para o exercício indiscriminado de outras atividades, devendo ser

preservada a finalidade que justificou a concessão da condição especial de trabalho.

2.3. Durante a concessão da condição especial de trabalho, comprometo-me a comunicar à Secretaria de Gestão de Pessoas, no prazo de 5 (cinco) dias, a realização de atividades acadêmicas e laborais, remuneradas ou não.

### **3. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES QUE FUNDAMENTARAM A CONCESSÃO**

3.1. Declaro estar ciente de que a manutenção da condição especial de trabalho está vinculada à permanência das circunstâncias que fundamentaram sua concessão.

3.2. Comprometo-me a comunicar à unidade de saúde, no prazo de 5 (cinco) dias, qualquer alteração da circunstância que ensejou a concessão da condição especial de trabalho.

3.3. Comprometo-me a apresentar, sempre que solicitado e nos prazos estabelecidos pela Administração, os documentos, laudos, avaliações ou demais informações necessárias à verificação da permanência das condições que justificaram a concessão.

### **4. DO CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS**

4.1. Comprometo-me a cumprir integralmente as condições estabelecidas no ato de concessão da jornada especial, bem como as normas do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho da 24<sup>a</sup> Região que disciplinam a matéria.

4.2. Declaro estar ciente de que o descumprimento das condições estabelecidas ou a alteração da situação que fundamentou a concessão poderá ensejar a revisão, alteração ou cessação da condição especial de trabalho, sem prejuízo da adoção das providências administrativas cabíveis.

### **5. DA CIÊNCIA E DO COMPROMISSO**

5.1. Por meio deste Termo, declaro que compreendi a finalidade da redução de jornada, as condições para sua manutenção e as responsabilidades decorrentes da

concessão, comprometendo-me a utilizar a condição especial de trabalho de acordo com sua finalidade e com a legislação vigente.

5.2. Declaro, por fim, que as informações prestadas são verdadeiras e que comunicarei imediatamente à Secretaria de Gestão de Pessoas qualquer circunstância que possa modificar a necessidade ou os pressupostos que fundamentaram a concessão da condição especial de trabalho.

**Local e data:**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
**Nome**                      **do (a)**                      **servidor (a) /magistrado (a)**  
Matrícula nº \_\_\_\_\_